

## Democratização, educação e cidadania: Caminho do Governo Arraes (1987-1990)

Silke Weber (org.) São Paulo, Cortez, 1991, 142 pp.

**João Pedro da FONSECA\***

*"Nós não escrevemos, fazemos"*. Quantas vezes não ouvi esta frase em órgãos de administração da educação.

Como pesquisador ou professor das disciplinas Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º e 2º graus e Macroplanejamento Educacional, eu solicitava planos, relatórios ou outros documentos de trabalho que pudesse examinar em aulas ou artigos.

Quase sempre retornava para a Universidade - que muitos chamam de Torre de Marfim ou Academia - de mãos vazias porque os raros documentos produzidos eram de circulação restrita e não podiam ser divulgados sem autorização das autoridades ditas superiores.

Felizmente, algumas administrações educacionais resolveram não apenas fazer, mas também escrever a respeito do que fizeram. Um bom exemplo é o livro *"Democratização, Educação e Cidadania: Caminho do Governo Arraes"* (1987-1990), organizado por Silke Weber e editado pela Cortez.

Trata-se de excelente relato crítico em que as autoras abordam os principais desafios que enfrentaram à frente da secretaria estadual de educação de Pernambuco.

As questões, como muito bem destaca Jacques Veloso, em seu excelente prefácio, são tratadas com competência e clareza: *"No lugar do tratamento fragmentado e asséptico - ou laudatório - que caracteriza os documentos do governo, o leitor encontrará aqui um registro articulado, vivo e analítico das experiências discutidas"*. (p.7)

O capítulo inicial de Silke Weber - A luta pela qualidade da escola pública - oferece uma visão panorâmica muito interessante do que foram os quatro anos de Governo Arraes, apresentando os princípios e fundamentos do esforço desenvolvido em favor da qualidade da escola pública. O leitor fica conhecendo

---

\* Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP.

qual a concepção de Estado, de governo, de educação e de escola da equipe - educadores, pesquisadores e militantes políticos.

A partir da caracterização de Arraes como "*representante de um projeto político-social no qual os interesses e necessidades da maioria da população constituíam o eixo principal*" (p.17), Silke enuncia as propostas, os desafios e os limites de uma ação comprometida com as classes subalternas no contexto nacional e pernambucano.

Os cinco capítulos seguintes tratam de aspectos específicos da tentativa de concretização do projeto político-social e educacional no período estudado.

O processo de municipalização do ensino em Pernambuco é muito bem apresentado por Maria das Graças Corrêa de Oliveira que procura mostrar seus pressupostos e suas implicações, seus aspectos técnicos - descentralização administrativa - e políticos - divisão de poder, gestão democrática.

Se a autora mostra os temores de uma "*municipalização selvagem*", ao mesmo tempo enfatiza a possibilidade de uma "*municipalização negociada*", empregando as expressões da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Não cedendo à tentação simplificadora da bandeira do "*não à municipalização*", a autora mostra a necessidade da "*articulação das redes públicas a partir de políticas pactuadas entre as diversas esferas jurídico-administrativas*". Realça a necessidade de integração, parceria, solidariedade, colaboração, interdependência, articulação - e não concorrência - entre as instâncias de go-verno.

Municipalizar não significa abandonar o município à própria sorte. Municipalizar não em valor em si. O que importa realmente é que o governo como um todo esteja comprometido com o atendimento das demandas fundamentais da maioria da população. Para concretizar este compromisso, há necessidade de uma unidade de proposta pedagógica, o que pode exigir assessoria ou assistência técnico-pedagógica e financeira da União em relação aos estados e destes em relação aos municípios.

As dificuldades para a realização desta administração educacional unificada e comprometida com a cidadania vão ser mostradas nos quatro capítulos seguintes.

"*A organização escolar a serviço de um projeto pedagógico*", de Anna Maria Gadelha Simas de Oliveira, mostra as dificuldades para se estruturar a Secretaria da Educação. A reorganização que visava descentralizar ações e desconcentrar poderes, encontrou resistências de interesses contrariados, principalmente porque estruturas paralelas precisaram ser mexidas.

"*Buscando superar o clientelismo na educação*", de Rosa Maria Ferreira Medeiros, põe o dedo na ferida e mostra uma conhecida realidade, não apenas pernambucana mas brasileira, que é o clientelismo, a confusão entre público e privado, o compadrio. Interesses particulares precisaram ser contrariados em nome de um projeto político-social do governo, gerando crises. A manipulação política presente nos convênios e na administração de pessoal precisou ser combatida.

"*Conteúdo do planejamento: uma questão relevante*", de Maria das Graças Corrêa de Oliveira, trata sucintamente de uma questão fundamental que é o planejamento como "*uma instância de coordenação, articulação e sistematização de propostas politicamente construídas*". Ao mesmo tempo que desmistifica o planejamento como técnica neutra, mostra sua importância enquanto instrumento de ação estatal.

Finalmente, "*A propósito do financiamento da educação pública*", de Anna Maria de Cerqueira Antunes faz um retrato de difícil situação vivida pelos estados na realidade brasileira que podemos definir como uma pseudofe-deração. Os aspectos técnicos e políticos do financiamento da educação são sinteticamente enunciados, mostrando o relacionamento clientelar entre as instâncias de governo com evidente prejuízo para a concretização de projetos educacionais de governadores (e prefeitos) não submissos ou subservientes.

Seria difícil condensar num único livro um relato completo dos quatro anos de gestão educacional. Fica uma sensação de que falta algo, principalmente uma avaliação de resultados. Felizmente, um segundo volume está prometido pelas autoras.

Enquanto aguardamos o segundo volume, ficamos com as reflexões suscitadas pelo primeiro que, aliás, não são poucas.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que os administradores da educação deveriam escrever mais, além de fazer. Não apenas para circulações internas, para públicos restritos. Deveria ser estabelecida uma ponte com a Universidade, principalmente com as Faculdades de Educação.

Estas, por sua vez, deveriam ampliar seus Serviços de Biblioteca e Documentação, introduzindo um setor que poderia ser chamado de Apoio à Pesquisa ou Memória Educacional.

Este setor teria a seu cargo coletar, analisar, catalogar e colocar à disposição de alunos, professores, pesquisadores e público em geral o material enviado pelos órgãos públicos de educação ou mesmo por particulares.

Não seria uma novidade, mas a preservação ou o resgate do espírito dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, uma das tantas boas iniciativas educacionais brasileiras que precisa ter continuidade.

Haveria um maior respeito pela Memória Educacional Brasileira, preservando-se preciosos documentos legais e históricos, planos, relatórios, avaliações que se transformariam em fontes de estudos, pesquisas e análises.

Louve-se o exemplo da Cortez de publicar livros de relatos de experiências como este de Silke Weber e o de Paulo Freire - A educação na cidade - em que relata sua experiência como secretário de educação do município de São Paulo. Outros virão, diz também Paulo Freire.

Quanto a quem se destina, concordo com o que escreve Jacques Veloso no prefácio: *"este livro diz respeito a um amplo público leitor - a todos aqueles que se interessam pela educação concreta, do Brasil de hoje. É portanto leitura necessária para os professores da educação infantil à universidade; para os especialistas da educação das mais variadas áreas; para os estudantes de pedagogia, de sociologia, de ciência política e campos afins; para os cientistas sociais e para os que atuam na gestão do ensino. Seguramente eles encontrarão aqui material indispensável a seu aprimoramento profissional. É sobretudo leitura imprescindível para todos os que se preocupam com uma escola pública cada vez mais democrática e fortalecida, com a construção da cidadania no país"*. (p.12)

É o nosso caso, não é verdade? Eu já o li, gostei, refleti, recomendei e incluí no programa de minhas disciplinas. E você?